

570 -  
Pae  
MATEAU

## ATA NÚMERO DOIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte um, pelas 09:30 horas, reuniu em sessão ordinária o Plenário da Assembleia Municipal no Auditório Municipal de Almeida, respeitando todas as regras impostas pela Direção Geral de Saúde, tendo em conta a situação pandémica que se enfrenta, com a seguinte ordem de trabalhos:

### **I - Período Antes da Ordem do Dia:**

### **II - Ordem do Dia:**

- 1 - Apreciação e Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;**
- 2 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2 do artigo 25 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro);**
- 3 - Atribuição de Subsídio à União de Freguesia de Amoreira, Parada e Cabreira - Toponímia e à Junta de Freguesia de Nave de Haver - Projeto de Requalificação das Antigas Escolas Primárias - (alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I da Lei 75/2013, de 12/09);**
- 4 - Participação Variável no IRS Ano de 2021;**
- 5 - Imposto Municipal Sobre Imóveis Ano de 2022;**
- 6 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE);**
- 7 - Alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Almeida;**
- 8 - 3ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021;**
- 9 - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022;**
- 10 - Mapa de Pessoal para 2022;**
- 11 - Condecorações Honoríficas;**
- 12 - Designação do Representante da Assembleia na Associação Nacional de Municípios Portugueses;**
- 13 - Eleição dos Membros da Assembleia Municipal na Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela;**
- 14 - Designação de um representante da Assembleia Municipal para o Conselho Cinegético;**

Handwritten signature and name: *Paulo Alexandre Pereira Cardoso*

**15 - Designação de um representante da Assembleia Municipal na Composição do Conselho Municipal de Educação;**

**16 - Designação de Cidadãos Eleitores para a CPCJ de Almeida - Modalidade Alargada;**

**17 - Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento - Plano Diretor Municipal;**

**18 - Designação de 2 Presidentes de Junta / União de Freguesia para integrar a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios;**

**19 - Designação do Conselho Municipal de Segurança;**

**20 - Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil;**

**III - Período de intervenção destinado ao público, (artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal);**

**Faltas:**

A sessão teve início com a verificação das presenças, tendo-se registado a ausência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Freixo – Paulo Alexandre Pereira Cardoso.

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, justificar a respetiva falta.

**Adenda à Ata de Instalação de Membro da Assembleia Municipal**

Tendo em conta que, o Senhor António Joaquim Rodrigues, eleito pelo PPD/PSD, para Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Rio Seco, faltou à sessão extraordinária do dia 11 de outubro, respeitante à instalação dos membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao 1º Secretário João Paulo Pires Rolim para proceder à leitura da adenda à ata da respetiva instalação, a qual foi assinada no final pelo próprio e pelo 1º. Secretário.

**Minuto de Silêncio;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, no passado dia 08 de outubro de 2021, faleceu o Senhor Arnaldo Monteiro Silva Araújo e em 23 de novembro de 2021, faleceu o Senhor Francisco Antunes Vaz, antigos membros desta Assembleia Municipal. Pelos serviços que prestaram, solicitou que fosse guardado um minuto de silêncio em sua memória.

**Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que, numa das últimas sessões do mandato anterior foi aprovado, por maioria, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, apesar das inúmeras incorreções que constavam do documento, foi aprovado, porque era posta em causa a inviabilização de muitos projetos que, se encontravam em apreciação. Como os erros foram todos corrigidos e o compromisso foi o de o documento ser colocado à disposição de todos para consulta e

definitivamente ser publicitado e divulgado nos meios que o Município possui à disposição.

o  
Abel  
MARTINS

### **Aprovação da ata número 23 da Assembleia Municipal – Sessão Ordinária do dia 10 de setembro de 2021.**

Sobre a ata número 23 e que diz respeito ao anterior mandato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, solicitou um parecer sobre como se deveria atuar nesta situação, tendo-lhe sido dito que, como em todas as Assembleias Municipais há a continuidade de muitos dos membros que faziam também parte dos mandatos anteriores, serão esses e apenas os que estiveram presentes e não houve faltas, os que a podem votar.

Pelo Senhor António Frias foi dito que, na ata consta que a mesma foi aprovada em minuta e como é sabido isso não se verificou.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, apenas determinados pontos foram aprovados em minuta para que pudessem ter seguimento, mas a ata na sua globalidade não, o que deverá ser corrigido.

Assim sendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata número 23 (vinte e três), realizada no dia 10 de setembro de 2021 a votação, apenas para os membros que transitaram do mandato anterior, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, registando-se três abstenções.

### **Ata número 1;**

Sobre a ata número 1, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, ainda não foi aprovada e também tem algumas dúvidas relativamente ao RGPD, porque não pode ser publicitada por conter dados pessoais e, porque só hoje irá ser assinado o documento que antes do início da sessão lhes foi entregue.

Informou que, não a irá submeter a aprovação antes de obter um parecer sobre a mesma, solicitando que, se houver opinião diferente é favor que se pronunciem.

O Senhor Professor José Gonçalves referiu que, a questão dos dados pessoais tem a ver com a ata de tomada de posse propriamente dita, mas a seguir à tomada de posse decorreu uma reunião perfeitamente normal, com registo das presenças e eleição da mesa e essa parte da ata não tem nada a ver com os dados pessoais e pode ser separada e foi o que pôde verificar em muitas deste País.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, é uma opinião diferente e não se recorda de ela ter sido colocada a votação no passado e já cá está há muitos anos. A questão dos dados pessoais não é fácil, referindo que, gosta mais de ser coerente com os seus princípios e salvaguardar eventuais falhas, mas se a Assembleia entender que deve ser posta a votação e for aprovada, não tem nada a objetar sobre isso.

O Senhor António Frias referiu que, a primeira ata é a da instalação e não tem nada a ver com a ata da primeira reunião que foi a que foi feita e, se se verificar, há quatro anos essa ata foi aprovada em Assembleia e publicitada.

O Senhor Presidente da Assembleia perante esta situação propôs que, fosse verificado se assim foi e na próxima reunião colocar-se-á a votação, salvaguardando-se todas as dúvidas.

### **Atas da Câmara para consulta:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, seguidamente, disponibilizou para consulta as atas das reuniões do Executivo desde a última sessão ordinária até à presente data.

01 -  
Nela  
MARIA

### **I - Período Antes da Ordem do Dia:**

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi perguntado se alguém desejava usar da palavra neste ponto.

A Senhora Tânia Martinho colocou uma questão que, se prende com a ausência que verificou na ordem de trabalhos acerca da designação do representante de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Saúde, conforme regulamento aprovado na Assembleia Municipal, tendo em conta que, se continua numa situação de pandemia complicada e em termos de saúde pública e tendo em conta também que, no discurso de tomada de posse, o Senhor Presidente da Câmara considerou prioritário o tema da Saúde. Como outros Presidentes de Junta serão eleitos para outros Conselhos, perguntou qual a razão para não ter sido agendada.

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Almeida, colocou as seguintes questões:

– Porque é que a fonte do Largo “25 de Abril” está fechada e a água está suja;  
- Alertar que as passadeiras na envolvente à Vila quase não se notam e já lhe foram apresentadas queixas por uma Munícipe que, quase foi atropelada junto à rotunda do Arrabalde de S. Francisco.

– O que se passa com o Protocolo da Freguesia de Almeida que, foi falado com o Senhor Presidente numa reunião há um mês, tendo, entretanto, enviado um e-mail ao Senhor Engenheiro Francisco Xavier e outro ao Senhor Presidente e até à data não obteve qualquer resposta.

O Senhor Filipe Coelho, em relação ao Cartão Municipal Mais Família, perguntou quantas famílias numerosas com três ou mais filhos já solicitaram o referido cartão, quantos subsídios de incentivo à natalidade já foram atribuídos e quantos subsídios de apoio às despesas de serviços com as creches que sofreram agora um aumento já foram também atribuídos.

Perguntou também da possibilidade da emissão do Cartão de Identificação de Eleito Local previsto no Estatuto dos Eleitos Locais – artigo 15º da Lei 29/87, de 30 de junho, que refere “Livre Trânsito – Os Eleitos Locais têm direito à livre circulação nos lugares públicos de acesso condicionado na área da Autarquia quando necessário ao efetivo exercício das respetivas funções autárquicas ou por causa delas, mediante a apresentação de cartão de identificação a que se refere o artigo seguinte.”

Sobre o ponto 2 do Artigo 16º, “ O cartão especial de identificação será emitido pelo presidente da assembleia municipal para os órgãos deliberativos e pelo presidente da câmara municipal para os órgãos executivos”.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso perguntou, se o Espaço de Cidadão em Vilar Formoso vai continuar com as mesmas valências ou se vão ser aumentadas, nomeadamente outras de interesse para o Município.

Sobre o Parque Infantil de Vilar Formoso, construído em 2014, informou que, o mesmo se encontra com um piso degradado e com alguns elementos em mau estado de conservação, o que poderá provocar danos nas crianças. Informou que têm recebido algumas reclamações por parte dos Encarregados de Educação, manifestando alguma preocupação em relação a isso. Disse que existe um protocolo ativo celebrado entre o Município e a Freguesia de Vilar Formoso, bem como uma garantia que possivelmente poderá ser acionada.

Em relação à limpeza periódica das ruas, passeios e espaços públicos em Vilar Formoso referiu que, continuam a ser confrontados diariamente e sucessivamente, inclusive várias vezes ao dia, com reclamações da população relacionadas com a falta de limpeza, realçando que os passeios continuam cheios de ervas pese embora fosse aplicado o herbicida há cerca de um mês, mas que não está a surtir efeito.

Pensa que nem a Câmara nem o Presidente de Junta querem mostrar a quem nos visita este tipo de desleixo, perguntando se existe algum plano para fazer as referidas limpezas.

Por último referiu que, em face de um pedido que foi solicitado ao Município, qual o ponto de situação em relação aos projetos, anteprojetos ou estudos que estão a decorrer e em fases diferentes e que, se irão realizar nos próximos quatro anos.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda apresentou a sua primeira questão, que diz respeito ao Protocolo de Delegação de Competências de 2021, celebrado entre o Município e a Freguesia de Freineda, sendo que foram concluídas as obras do Parque Infantil como exposto à Câmara em 23 de setembro de 2021, e até ao momento não foi transferida a última tranche, nem prestada qualquer informação sobre o assunto.

O segundo ponto refere-se ao envio de informação por parte dos técnicos do Município, nomeadamente em atividades que queiram que as Juntas de Freguesia colaborem, pensando que quinze dias para as Freguesias poderem participar, como é o caso desta época de Natal, é pouco tempo para se fazer o que quer que seja para poder participar nas atividades.

A terceira questão que foi colocada por alguns interessados tem a ver com o mercado de Sabores do Outono e, nomeadamente pela presença de produtos endógenos, mas depois não são vistos todos os produtos produzidos no Município, estando a falar do caso do mel, porque existem vários apicultores na área do Município que não foram abordados para estarem presentes na Feira e quando a visitaram verificaram que havia mel, mas sim de outros Municípios, que poderiam estar com marca do Município, mas embalados fora deste.

O quarto ponto tem a ver com o corte de água nas Freguesias e nomeadamente na Freguesia de Freineda, em que no dia 03 de novembro foram enviadas mensagens a alguns populares informando desse corte e a Junta nada sabia sobre o que se estava a passar.

O Senhor Professor Manuel Gomes alertou novamente sobre o destino dos lixos produzidos pelos agricultores, nomeadamente sacas e cordões, perguntando, se existe já algum parecer da RESISTRELA sobre a recolha desses lixos.

O Senhor António Frias solicitou esclarecimento sobre os seguintes assuntos:  
Sobre a Convocatória da Assembleia Municipal desta e da anterior, perguntando o que, entretanto, mudou na Lei porque as mesmas estão a chegar sem serem registadas. Por precaução, e para que os prazos sejam cumpridos devem as mesmas ser registadas. E sobre a publicitação da realização das mesmas também não conseguiu ver nenhum edital, gostando de saber se foram feitos, uma vez que é norma saudável ser publicitado no sítio da internet do Município.

Aproveitou também para dar uma vista de olhos pelo site verificando que continua em manutenção o sítio do Executivo Municipal e Assembleia Municipal,

achando que, já decorreu tempo suficiente para que os dados dos novos eleitos sejam lá colocados.

Perguntou também, se o Balcão Único do Prédio já está em funcionamento no Concelho de Almeida, porque viu na informação da divisão que estaria no dia 22, mas não conseguiu ver a informação pública, vendo apenas informação de algumas atividades que o Município tem feito e que se apressa a fazer com registos fotográficos, mas concretamente esta que é muito importante, se é que já está a funcionar ainda não a viu publicitada.

Referiu ainda que, ficou bem esclarecido e já lá vai um ano sobre a questão da consulta prévia e sobre o relatório do direito da oposição e que pelos procedimentos que foram desenvolvidos nos primeiros meses do mandato não deu conta que tivesse havido essa preocupação, mas bem ou mal em mandatos anteriores de outros executivos era feito um relatório específico sobre esse direito da oposição.

Olhos nos olhos, disse ao Senhor Presidente que a Câmara Municipal de Almeida é formada por um Executivo e que por acaso este ano tem três eleitos por uma força partidária e dois por outra e como deve saber ele foi eleito diretamente e é o Presidente de Câmara e os outros independentemente das funções que desempenhem no órgão são Vereadores do Município de Almeida, estejam eles na parte da maioria ou na parte da minoria, têm os seus direitos e as suas obrigações e muitas delas se fossem levadas ao extremo, seria muito útil que, o Senhor Presidente contasse com todos eles para desenvolver muito do que é necessário desenvolver no Concelho de Almeida.

Acha que se está a tempo de se corrigir e que haja um tratamento digno não só aos Senhores Vereadores assim como a todos os membros eleitos pela força minoritária, porque estão empenhados no desenvolvimento do Concelho, para trabalhar e colaborar, se for esse o entendimento de quem preside aos órgãos.

Pela Senhora Maria Helena Alves foi feita uma sugestão relativamente à utilização de herbicidas que são tóxicos e são um problema de saúde pública crescente. Os mesmos deveriam ser substituídos sempre que possível pela utilização de queimadores de raízes, porque são equipamentos baratos e seria importante que a Câmara tentasse evitar ao máximo a utilização dos herbicidas. Como órgão com responsabilidades com os Municípios, gostaria que assim fosse, achando também importante que houvesse uma monitorização dessa utilização, para conhecimento de todos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder ao esclarecimento das questões colocadas.

O Senhor Presidente em relação à designação do representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Saúde informou que, o assunto terá que ser presente a reunião oportuna, porque ainda não foi presente a reunião de Câmara.

Em relação ao Largo "25 de Abril" é uma questão de manutenção e que fica registada a observação.

Quanto à área envolvente à Vila e as marcas na estrada é assunto das Infraestruturas de Portugal, mas que se irá alertar esta Entidade para a respetiva manutenção porque é da responsabilidade deles a gestão do espaço.

07-  
Rel  
MUNICÍPIO

01 -  
Rel -  
MARTINS

No que diz respeito ao Protocolo com a Junta de Freguesia de Almeida referiu que, é uma preocupação que tem e que nestes últimos dias teve a informação que se poderá enquadrar essa alteração depois do dia 30 de agosto para resolver a questão, porque as alterações devem ser feitas de acordo com os Contratos de Delegação de Competências até à data antes referida e a dúvida era mesmo aquela. Está para breve ser resolvida, embora tenha tido informação de que ainda não foi efetuada para poder receber 30% e depois o restante, ficando a questão debelada.

Em relação à questão do Senhor Presidente da Junta de Freineda sobre o Protocolo de Delegação de Competências o Senhor Presidente informou que, não pode dar a resposta já em virtude de ainda não ter a informação técnica, para depois se poder fazer esse pagamento.

No que diz respeito ao Mercado de Natal informou que, o pouco tempo para participar tem a ver com a averiguação das condições para ver se realmente o evento seria feito ou não, mas como foi decidido avançar com a ação de Natal de acordo com o que aconteceu no ano anterior, não houve tempo para fazer as comunicações mais atempadamente.

Esclareceu que, também foram convidadas as Associações do Concelho para participar, e sobre o que foi referido acerca do Mercado e Sabores de Outono, sobre alguns produtos que foram expostos, são de produtores locais, mas alguns deles não são produzidos no Concelho. São marcas às quais querem fazer divulgação e alguns foram chamados para participar e podem não ter sido todos, mas como se está num processo de evolução e esta foi a primeira edição deste tipo, referindo que, irão ser realizados outros por forma a potenciar os produtos locais e que se terá o cuidado de chegar a mais produtores.

Quanto ao corte de água informou que, sempre que há intervenções para manutenção que obriguem ao corte por avarias pontuais é feita a comunicação através de edital, com conhecimento primeiramente à Junta de Freguesia. Neste caso e como não tem conhecimento. se se tratou de uma avaria pontual ou se foi de alguma intervenção de maior vulto, não pode responder.

Foi dada a palavra ao Senhor Diretor de Departamento – Engenheiro Francisco Xavier o qual esclareceu que, a falta de água teve a ver com uma ação de manutenção levada a efeito pela Entidade gestora do abastecimento de água em alta que, não avisou atempadamente o Município, para este informar com o prazo mínimo de 42 horas os consumidores.

Esclareceu ainda que, as Águas do Vale do Tejo foram avisadas por mail para o cumprimento estrito do que está previsto na Lei, do prazo mínimo antes referido, tendo a entidade gestora do abastecimento de água em alta avisado no dia anterior à tarde, não dando hipótese de serem colocados os editais nos lugares devidos, daí o ter-se recorrido ao envio de SMS para os contatos de telemóvel que havia.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia referiu que, foi abordado sobre quais as razões de não haver água e não conseguiu responder, acrescentou que perguntou ao Senhor Vereador Alcino Morgado, mas também não obteve resposta e até ao momento não soube o que aconteceu.

Respondendo ao Senhor Filipe Coelho e sobre o Cartão Municipal Mais Família, informou que, estão a ser emitidos os cartões, mas não tem o número de pessoas, acrescentando que ainda não foi feita nenhuma entrega. No que respeita a novos

Palma  
MAYO

nascimentos informou que, já há pessoas inscritas e de famílias numerosas também não tem para já nenhuma referência, mas sabe o número de quantas existem no Concelho, referindo que terão de fazer a respetiva inscrição para poderem usufruir dos benefícios.

Sobre as Creches referiu que, também não tem nenhuma informação.

Sobre os cartões a emitir aos membros da Assembleia, informou que, se houver necessidade passarão a ser emitidos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que, e uma vez que tem a ver com a Assembleia Municipal e de acordo com a Lei, se forem solicitados é claro que os mesmos serão emitidos a pedido dos interessados ao Presidente do Órgão.

Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara continuou a dar respostas às questões e sobre a que foi colocada pelo Senhor Presidente de Junta de Vilar Formoso e respeitante ao Espaço de Cidadão informou que, o protocolo que existe com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa tem já os serviços que estão a ser prestados e sempre que houver mais serviços serão incluídos. Irá brevemente ser implementado o Espaço Empresa que, irá funcionar na Escola da Imaculada e que será outro tipo de oferta. Sobre outros serviços da Câmara Municipal estão a dar-se passos para que possam ser colocados a funcionar online.

Relativamente às restantes questões o Senhor Presidente referiu que, as mesmas já foram colocadas em reunião de Câmara e os Serviços irão fazer um plano e será dada a respetiva resposta.

Sobre o Balcão informou que, está a funcionar desde o dia 22 e não foi feita uma grande divulgação porque foi contactada uns dias anteriores a Conservatória de Almeida que, se encontra num processo de consolidação e colocação de uma nova conservadora, e cujo funcionamento não está totalmente garantido. Informou que estão já dois funcionários com formação para fazer esse trabalho e que o balcão está a funcionar no Picadeiro D'El Rey, estando um funcionário deste sector habilitado para não só receber informação, mas também poder avaliar e mais tarde haver um processo de formação com a Comunidade Intermunicipal e a colocação de mais técnicos ligados a este tema, podendo o próprio funcionamento ser descentralizado nas Juntas de Freguesia numa fase posterior.

Sobre o Estatuto do Direito de Oposição referiu que, apenas conta com todos aqueles que quiserem construir e apresentar medidas no sentido de haver intervenção daquilo que for identificado como projetos que possam ser válidos e possam ter um encaminhamento no sentido de juntos combater e sempre o afirmou, o problema muito grande que existe, que é o do um envelhecimento e da perda de população efetiva que é difícil de combater e não quer fazer esse trabalho sozinho, e olhos, nos olhos, também transmitiu essa mensagem ao Senhor António Frias. Se de alguma forma encontrarem mecanismos que possam melhorar, estará sempre aberto a ouvir propostas concretas, porque não está para trabalhar dentro de críticas que são colocadas dentro de órgãos e por outras vias de comunicação e dessa forma não estará de certeza aberto a partilhar e a fazer fruir essas questões. Por outro lado, se forem propostas construtivas e por forma a criar mais valias no Concelho, estará sempre disponível.

Em relação à utilização dos herbicidas referiu que, já foram feitas várias tentativas de encontrar mecanismos que possam ser melhores e mais eficazes. Informou que, os herbicidas têm uma particularidade em termos de abolição e de diminuição



durante algum período. Enquanto as ervas vão aparecendo e elas aparecem porque os passeios e muitas zonas são menos utilizadas do que eram no passado e agora porque prolifera mais esse aparecimento na via pública, mas é com a utilização dos herbicidas que se consegue ter um trabalho com efeitos mais rápidos e mais duradouros. Tem um efeito nocivo para o ambiente, mas faz-se sempre uma utilização de herbicidas biológicos e das tentativas que foram feitas com queimadores que têm uma produtividade baixa, tentou-se também com equipamento de jatos de alta pressão em água quente, chegando-se à conclusão que em termos de produtividade e custos não trazem mais valias para o funcionamento, sendo certo que, sempre que são utilizados os herbicidas é feito um edital para alertar quer as populações quer os intervenientes que o utilizam e até se encontrar um mecanismo com uma produtividade parecida terão que ser utilizados os herbicidas em determinadas alturas do ano. Não querendo que fique só a questão do herbicida para tratar desses assuntos, mas ainda se terá de dar passos nesta matéria até a tecnologia aparecer, até porque o investimento é elevado e a produtividade muito baixa.

Relativamente à recolha de lixos dos produtores agrícolas informou que, ainda não existe uma resposta da RESISTRELA e que são classificados como lixo comum. Vai ter que ser feito este trabalho junto desta entidade para se perceber qual o mecanismo que deverá ser implementado para dar resposta a esta preocupação que, cada vez aparece mais e também porque os agricultores também têm a obrigação de fazer a entrega desses lixos.

O Senhor Presidente da Assembleia informou o Senhor Frias que, em relação à atualização de dados dos membros da Assembleia, mas também do Executivo, pediu ao Senhor Presidente que é quem tem essa incumbência para proceder a essa atualização o mais rápido possível.

Sobre o meio de envio dos documentos informou que foi questionado pelo funcionário José Espinha que lhe colocou uma questão pertinente e que teve a sua decisão e responsabilidade em função da informação que foi prestada, dizendo que em face do que lhe foi dito nos Correios a opção em enviar as cartas registadas com Aviso de receção (AR) não seria a melhor nem a mais rápida.

Solicitou ao funcionário que prestasse o esclarecimento que lhe foi dado nos Correios, este referiu que, como deviam estar recordados da convocatória da primeira sessão, houve determinados problemas para que a correspondência lhes chegasse a tempo tendo recebido vários telefonemas de muitos membros da Assembleia sobre qual a razão de as cartas não estarem a chegar, tendo sido enviadas como sempre e de acordo com a Lei, registadas com AR.

Mais informou que, perante o problema, se deslocou aos CTT tendo a funcionária o informado que, a melhor maneira e mais rápida seria o envio por correio azul, tendo o funcionário José Espinha dito que, usualmente o envio era feito através de registo com AR. A funcionária dos CTT esclareceu também que há pouco tempo atrás a correspondência era entregue passados dois dias em algumas localidades e agora nem em cinco. Perante esta situação falou com o Senhor Presidente da Assembleia tendo sido decidido enviar a correspondência por correio azul, pedindo-lhe para que este assunto fosse hoje aqui abordado e se decidir a forma de serem enviadas as convocatórias para que não haja qualquer tipo de dúvidas.

Ref. -  
MAS 20

O Senhor Presidente da Assembleia assumiu a responsabilidade e assumiu-a pensando que seria a melhor solução. Em face do que foi explicado e todos sabem que isso já aconteceu várias vezes porque quando a correspondência é registada e não é recebida pelo próprio era devolvida e existiram bastantes casos, mas não há nada como atuar de acordo com a Lei. Depois desta explicação e da intervenção do Senhor António Frias decidiu que, a correspondência fosse enviada em carta registada com AR e com todos os prejuízos que daí possam advir.

Ainda em relação ao que o Senhor António Frias expôs e olhos, nos olhos, o Senhor Presidente perguntou-lhe em que momento ele ou algum elemento da Assembleia teve um tratamento menos digno para com ele ou para com outro elemento da Assembleia Municipal.

O Senhor António Frias referiu que, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal está a fazer uma interpretação de palavras que ele não disse e que referiu menos digno na questão do processo democrático normal. Acrescentou que muitas vezes, pode ter a certeza que sim, ficando na consciência do Senhor Presidente, porque muitas vezes a oposição sente-se como um não eleito neste local.

O Senhor Presidente pediu ao Senhor António Frias para ser mais explícito e dar um exemplo porque entende que as palavras que proferiu são entendidas como uma ofensa e tem que ter cuidado com o que diz.

O Senhor António Frias disse que, se entendeu isso como uma ofensa, até parece que anda aqui há poucos anos, e pediu-lhe para manter as formas porque há muitos anos que se conhecem, já tiveram vários debates e acha que não são formas de um Presidente da Assembleia se dirigir a um Deputado Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que, não são é formas de um Deputado Municipal, se dirigir ao Presidente da Assembleia Municipal, pedindo-lhe que explicitasse a afirmação e o Senhor António Frias não o fez.

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Freineda que, sobre a questão dos CTT, referiu que o atraso da entrega de correspondência, está a acontecer efetivamente no Concelho e nomeadamente na Freguesia de Freineda, em que a correspondência importante está a chegar em cima da hora ou já fora do prazo que as pessoas têm para fazer os seus pagamentos, assim como as pensões dos reformados que a maior parte das vezes chegam também fora do tempo.

É um problema que está a ocorrer no Município, provavelmente por falta de carteiros para efetuarem as entregas, pensando que, deveria ser feita uma reclamação conjunta aos CTT porque não estão a cumprir com o dever de serviço público corretamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que, e uma vez que se constata que há localidades em que são os próprios funcionários a admitir que assim acontece e que o correio chega passados cinco dias, o que para ele é inadmissível, pensa que se poderia ir mais longe, mas já que foi levantada a questão, poder-se-á vir a tomar uma posição, ou já nesta, ou noutra Assembleia, para fazer chegar aos órgãos competentes este protesto.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda acrescentou que, isso está a acontecer e tem diariamente reclamações de populares da localidade, porque os vales chegam sempre atrasadíssimos e as pessoas necessitam de dinheiro para as suas vidas.

O Senhor Presidente da Assembleia sugeriu que, se assim o entender, poderá apresentar uma moção para ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Olá  
Pelo  
MARTINHO

A Senhora Maria Helena Alves, sobre o envio de correspondência, sugeriu que, fosse feita uma ou várias reclamações no livro amarelo dos CTT, porque estes têm tido um comportamento inaceitável para com os cidadãos nos últimos anos. Que antigamente o correio chegava no dia seguinte e os carteiros andavam a pé ou de bicicleta e com a tecnologia que hoje existe é inaceitável que os Correios, se virem para vender livros e raspadinhas e não façam o trabalho que devem. Assim sendo, é de opinião que deve haver oficialmente reclamações das Juntas e Assembleia, mas no Livro Amarelo.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, é mais um reforço ao que se acabou de dizer e que deverá tomar-se uma iniciativa através de uma moção que por sua vez a Assembleia Municipal fará chegar aos responsáveis dos CTT, pedindo aos que se sentem mais lesados para se mobilizarem nesse sentido.

Pela Senhora Tânia Martinho foi dito que, fruto de uma ideia que surgiu e no seguimento da intervenção do Professor Manuel Gomes na questão da recolha de resíduos, a Lei é um pouco omissa para não dizer que o é totalmente, na recolha de resíduos perigosos, nomeadamente agulhas utilizadas pelos diabéticos insulínodépendentes. Esclareceu que, existe um projeto chamado “Agulhão” que pensa que terá já sido apresentado ao Município, através de uma farmácia do Município e esse projeto existe apenas ainda em alguns Municípios porque é efetuado em parceria com Farmácias e os Municípios. Porque acarreta um custo, tendo em conta que a farmácia é uma entidade privada, mas se puder ser implementado, pensa que seria um tema interessante e atendendo à população idosa, provavelmente existe uma quantidade significativa deste tipo de resíduos. Caso não tenha sido efetuado pela farmácia, mas que pensa que foi, poderá voltar a reforçar o pedido nesse sentido e se estarão com a mente aberta para ser feita a parceria.

Tratando-se de uma questão direta, o Senhor Presidente da Câmara, não se recorda de nenhuma comunicação de farmácia sobre esse tema, desconhecendo o mecanismo, mas está aberto ao diálogo para perceber o tipo de projeto.

Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente deu início à apreciação e discussão dos assuntos da ordem do dia.

## **II - Ordem do Dia:**

### **1 - Apreciação e Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguém para se inscrever neste ponto.

O Senhor Miguel Pinto, sobre o Regimento da Assembleia Municipal referiu que, tendo em conta que é a sua primeira intervenção deste mandato, fez votos para que, esta Assembleia reúna para fazer uma recolha daquelas que são as ideias para o futuro mais desenvolvido do Concelho e que não se torne um fórum de chicana política, mas sim um fórum para a discussão de temas estruturantes.

Relativamente ao ponto em apreço, no artigo 40º do Regimento da Assembleia, verifica-se no ponto 2 que as atas são lavradas sempre que possível por trabalhadores da

10.  
Nat-  
MARIA

Autarquia Local designados para o efeito e são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva sessão ou reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas após aprovação pelo Presidente e por quem as lavrou.

Assim sendo sugeriu que, de acordo com o que vem sendo prática e forma de operação da Assembleia, colocar a seguir de designado para o efeito, “com a colaboração dos Secretários da Assembleia” e no final em vez de “pelo Presidente e quem as lavrou”, “pelo Presidente e Secretários da Assembleia”, o que leva a que as atas sejam lavradas pelo trabalhador em colaboração com os Secretários, sendo assinadas pelo Presidente e pelos Secretários.

O Senhor Professor José Manuel Gonçalves apresentou duas propostas de eventual correção e outra proposta para acrescentar duas alíneas a um artigo e uma potencial inserção de um ponto novo no regimento.

Relativamente às questões que se lhe afiguram como correções, remete para a página 3, artigo 2.º alínea u), onde diz “autorizar o Município a constituir as Associações previstas no título V”, obviamente que no título V, e porque deve remeter para a Lei 75/2013, de 12 de setembro, porque senão não se entende, pensa que não é o título V mas sim “Capítulo IV do Título III”. Pensa que aqui existe uma incorreção porque o título V, remete para disposições finais e o Capítulo IV do Título III, esse sim, remete para Associações de Municípios de fins específicos. Todas as Associações de Municípios de fins específicos devem ser aprovados pela Assembleia Municipal e curiosamente é propriamente a Lei que contém esta incorreção, tendo verificado que muitas Assembleias Municipais já procederam a esta alteração.

Pensa também que existe incorreção na página 22 da proposta de Regimento, na identificação dos artigos e está-se a referir ao artigo 50.º, ponto 6, que diz “enquanto durar a suspensão os membros da Assembleia são substituídos nos termos do artigo 54.º”. Pensa que não é este artigo, porque o artigo 54.º é sobre a perda de mandato e não se está a falar de “perda de mandato”, mas sim de “suspensão de mandato” do seu ponto de vista não é artigo 54.º, mas sim 55.º, e “devem os membros ser convocados nos termos do artigo 52.º”, pensa que não é 52.º porque se trata de “renúncia de mandato”, mas sim artigo 53.º, em que efetivamente há uma substituição do renunciante onde consta a explicação como deve ser convocado.

Mais informou que, o mesmo aparece no artigo seguinte - artigo 51.º, no ponto 2 em que diz “deve ser substituído nos termos do artigo 54.º” e do seu ponto de vista é o artigo 55.º, porque é neste artigo que estão previstas a forma como deve ser convocada a pessoa que está a ser substituída. Tudo isto diz respeito à correção formal do documento.

No que diz respeito à introdução de duas alíneas na página 12, artigo 18.º a sua sugestão é de que o ponto 1 se subdividisse em três alíneas: ou seja, “o período antes da ordem do dia, destina-se a:

- a) – “Ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município”, o texto já existe e é só convertê-lo em alínea;
- b) – À votação de recomendações, pareceres ou moções que sejam apresentadas por qualquer membro, ou solicitadas pela Câmara Municipal; e uma alínea
- c) – À emissão de votos, congratulação, saudação e protesto ou pesar propostos pela mesa ou por algum membro da assembleia.

Portanto é só incluir no Regulamento aquilo que já é feito na prática e que foi o que aconteceu no início desta sessão.

Finalmente referiu que, se podia deixar aberta a possibilidade de no futuro se pensar poder incluir um ponto 3, na página 18, artigo 39.º, onde diz caráter público das reuniões e deixou a sugestão das sessões da Assembleia Municipal poderem ser transmitidas pelos órgãos de comunicação social, salvo deliberação em contrário.

O Senhor Filipe Coelho disse que, já noutros Concelhos há algumas Assembleias Municipais que colocam o ponto de intervenção ao público no início e isso teria uma vantagem e implicaria uma hora certa de começar. Por isso no artigo 18.º, o seu entendimento seria essa a razão de estar essa alínea c) do ponto 2 “respostas anteriormente colocadas pelo público que não tenham sido esclarecidas no momento próprio” que seria a sequência.

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu também que no ponto 1 do artigo 22º, que diz que “na participação dos eleitores nas sessões convocadas nos termos da alínea c), nº. 1 do artigo 10º”, pensa que se trata do artigo 11.º a que se fala das sessões extraordinárias.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu para que, fossem recapituladas as propostas por forma a que não hajam dúvidas e possam ser votadas.

1 – Proposta do Senhor – Miguel Pinto – Página 19 artigo 40.º ponto 2 - “As atas são lavradas sempre que possível por trabalhador da Autarquia Local designado para o efeito, em colaboração com os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal e são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva sessão ou reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas após aprovação pelo Presidente e pelos Secretários”.

Colocada a proposta de alteração a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade.

2 – Proposta do Senhor Professor José Gonçalves – Página 3 - artigo 2.º, alínea u) – Redação Final – “Autorizar o Município a constituir as Associações previstas no Capítulo IV do Título III, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro”.

Colocada a proposta de alteração a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade.

3 – Proposta do Senhor Professor José Gonçalves – Página 22 – artigo 50.º - Suspensão do Mandato a redação do ponto 6 passaria a ser “Enquanto durar a suspensão os membros da Assembleia são substituídos nos termos do artigo 55.º, devendo o substituto ser convocado nos termos do artigo 53.º deste regimento”.

Colocada a proposta de alteração a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade.

4 - Proposta do Senhor Professor José Gonçalves – Página 22 – artigo 51.º, ponto 2 – Redação Final – “O membro ausente nos termos do presente artigo é substituído nos termos do artigo 55.º deste regimento”.

Pol-  
MMEJTD

Pak  
MMD

Colocada a proposta de alteração a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade.

5 – Proposta do Senhor Professor José Gonçalves – Página 12 – Período Antes da Ordem do Dia – artigo 18.º – Ponto 1 ser convertido em 3 alíneas. “O período de antes da ordem do dia destina-se:

- a) – Ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município;
- b) – À votação de recomendações, pareceres ou moções que sejam apresentadas por qualquer membro ou solicitadas pela Câmara Municipal;
- c) – À emissão de votos de congratulação, saudação, protesto ou pesar propostos pela mesa ou por algum membro da Assembleia.”

Colocada a proposta de alteração a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade.

Quanto às sessões poderem vir a ser transmitidas pelos órgãos de comunicação social, referiu que é mais uma recomendação que deixa à Assembleia Municipal.

Em relação ao sugerido pelo Senhor João Filipe Coelho em que o período destinado à intervenção do público fosse colocada no início das sessões por forma a ter uma hora certa de começo, porque se alguém desejar intervir não sabe a que horas isso irá acontecer.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Lei é omissa nisto, dependendo de cada Assembleia Municipal e só vê um inconveniente em que seja no início porque é desconhecido o tempo que os intervenientes levarão a abordar os temas e imaginando-se que até é polémico e que são necessárias horas e como o regimento o prevê podem ir até cinco dias como limite, irá trazer alguns constrangimentos ao normal funcionamento da Assembleia, mas no entanto, fica como sugestão e irá pensar-se nisto.

O Senhor António Frias e em relação ao que o Senhor Miguel Pinto disse está mesmo no Regimento, em que as atas são subscritas por quem as lavrou e não pelos Secretários, tendo em conta que foi designado um funcionário para o efeito, por isso recomendou uma leitura atenta, porque a lei refere que as atas devem ser subscritas por quem as lavrou e pelo Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia perante a análise do Senhor Frias informou de que, deve ser consultado quem juridicamente se pronuncie sobre o assunto e ver o que se passa nas outras Assembleias, pese embora, essa alteração tenha sido aprovada não se irá tornar definitiva enquanto não estiverem todas as dúvidas devidamente esclarecidas, suspendendo-se para já as respetivas alterações.

6 - Em relação à proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal artigo 22.º ponto 1, em que o regimento invoca o artigo 10º, quando deve ser invocado o artigo 11º.

Colocada a proposta de alteração a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade.

**2 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2 do artigo 25 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro);**

Almeida  
MARTINS

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre o assunto em apreço referiu que, fica o registo da atividade que foi desenvolvida durante este período e que é bastante extensa ficando à disposição da Assembleia para qualquer tipo de esclarecimento que pretendam.

Pelo Senhor João Filipe Coelho quis ver esclarecidas algumas dúvidas sobre obras em que desconhece o ponto de situação, nomeadamente:

Recuperação do Edifício da Roda dos Expostos, se efetivamente a obra já está em curso e sobre o Memorial de Homenagem ao Professor Eduardo Lourenço, qual a razão da empreitada, se encontrar suspensa qual a razão;

Relativamente às obras em fase de conclusão, a Reparação do Sistema de Drenagem e Pintura do Pavilhão Gimnodesportivo de Almeida, quais os trabalhos que faltam executar. Por outro lado, as obras fisicamente acabadas, mas não rececionadas, a Rede de Esgotos Estação Elevatória e Pavimentação do Caminho das Calejas em Nave de Haver, empreitada suspensa porque razão. Por fim, a obras de Regeneração Urbana da Zona Baixa da Vila de Almeida e Modernização Administrativa do Espaço do Cidadão de Almeida que iniciaram em 2017 e já esgotaram os prazos, o porquê de constarem do relatório.

O Senhor Presidente esclareceu que, relativamente ao Edifício da Roda dos Expostos a obra está a decorrer e neste momento até pode estar já na fase de conclusão, tratando-se de intervenção exterior e interior e cobertura.

Esclareceu que, a obra do Memorial foi suspensa porque houve um atraso na componente artística não tendo sido concluída a parte correspondente aos azulejos que irão ser colocados no mesmo para depois ser retomada a conclusão e acertados alguns pormenores.

Da Rua das Calejas em Nave de Haver tem a ver com um poço de bombagem que ainda não tinha sido testado, pensando que já estará em condições de ficar a funcionar.

Relativamente à drenagem do Gimnodesportivo informou que faltam as questões dos tubos de queda para resolver e que são coisas muito simples para concluir a totalidade da intervenção.

Em relação às obras da Zona Baixa da Vila de Almeida e Modernização Administrativa do Espaço do Cidadão, o Senhor Presidente esclareceu que, são obras que ainda não estão totalmente concluídas e tem a ver com receções provisórias.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso e sobre a Revitalização da Rua do Comércio, disse que o prazo de execução terminava no final do ano, perguntando se já foi solicitado por parte da empresa adjudicatária, algum pedido de prorrogação.

O Senhor Presidente disse que é verdade que o prazo vai terminar em breve, mas de momento não lhe conseguia responder, no entanto, é natural que com o terminar do prazo seja feito o pedido de prorrogação, tendo em conta que a empreitada foi iniciada com bastante atraso.

### **3 - Atribuição de Subsídio à União de Freguesia de Amoreira, Parada e Cabreira - Toponímia e à Junta de Freguesia de Nave de Haver - Projeto de Requalificação**

di-  
de-  
Mário

**das Antigas Escolas Primárias - (alínea j) do nº. 1 do artigo 25º do anexo I da Lei 75/2013, de 12/09);**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que, se pronunciasse sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, são apoios que foram deliberados em reunião de Câmara Municipal e como vem sendo hábito são presentes à Assembleia Municipal para aprovação nos termos da alínea j) do número 1 do artigo 25º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro e os mesmos poderem ser atribuídos com um montante de 50% em relação a valor total, sem IVA.

Sobre o assunto o Senhor António Frias disse que, será necessário, aconselhável e útil que a Câmara elabore um Regulamento para atribuição deste tipo de subsídios e que seja presente à Assembleia Municipal e será dessa forma que, todos terão a mesma igualdade de oportunidades. Este repto já foi por ele lançado há mais de um ano e não vê acompanhamento, porque vê que, existe algum interesse em manter este tipo de situações. No caso concreto de apoio à União de Freguesia de Amoreira, Parada e Cabreira, pergunta a si próprio qual o motivo de ter sido feito na data de 16 de setembro de 2021, uma vez que as faturas e todo o processo é bastante anterior e não quer pensar sobre qual o motivo porque foi feito nesse dia, mas que por alguma razão de certeza o foi, acrescentando que não era necessário trazê-lo à Assembleia Municipal porque tem o mecanismo no orçamento em transferências correntes que diz “Freguesias Toponímia”, com outra agravante, possivelmente é esse o seu entendimento, considera que a toponímia é competência da Câmara, logo a dar um subsídio seria a 100% na sua opinião. E isto tudo para dizer que tem que se pensar num regulamento que dê igualdade de oportunidade a todos.

No caso concreto do projeto de Nave de Haver deve ter havido um erro da parte da Junta de Freguesia no que diz respeito à data “25 de maio 2020” e as faturas aquela data ainda não estavam emitidas. Nada a dizer em relação à atribuição dos subsídios só que na parte da toponímia mantém a respetiva opinião em face do que antes expôs.

O Senhor Presidente explicou que, sabe que este assunto tem sido objeto de debate e já tinha sido avisado em primeira instância no início da pandemia Covid 19, de cuja explicação já foi dada na Assembleia Municipal sobre os apoios que foram feitos às Juntas de Freguesia e Associações de Freguesias, em que a Câmara tem competências para o fazer e às Juntas de Freguesia não tem, sendo competência da Assembleia Municipal de acordo com o que está a ser proposto.

Sobre o Regulamento referiu que, existe alguma dificuldade em ser abrangente quanto possível para incluir todas estas questões. A toponímia é fácil de a prever e de a colocar, mas outras questões são díspares de conseguir conciliá-las dentro de um regulamento, no entanto, registou o repto lançado, concordando que, em termos de transparência e igualdade de tratamento não há melhor forma e se houver sugestões muito melhor.

O Senhor António Frias acrescentou que, a celeridade fica mais comprometida com este tipo de procedimento e se as Freguesias tivessem mesmo necessidade de ter o dinheiro para pagamento das faturas seria muito mau.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira, sobre a questão da toponímia referiu que, se trata de um processo delicado e não é fácil e esclareceu que o pedido deu entrada em setembro e foi deliberado em dois de



novembro de 2021, mas o processo em si teve início em abril, passando por uma Comissão Toponímica que não reúne todos os dias e as questões toponímicas dão muito trabalho e tem que haver dedicação para além do tempo que demora até ao final do processo, daí as datas díspares das faturas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o subsídio a atribuir à União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira, relativamente à Toponímia, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

Seguidamente colocou a votação o subsídio a atribuir à Junta de Freguesia de Nave de Haver, respeitante ao Projeto de Requalificação das Antigas Escolas Primárias, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

#### **4 - Participação Variável no IRS Ano de 2021;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre a Participação Variável no IRS – Ano de 2021, disse que, a proposta é a de não haver retenção e ser colocada à disposição dos contribuintes a devolução do IRS na totalidade.

O Senhor Miguel Pinto saudou a Câmara Municipal em trazer esta proposta que, certamente não é uma proposta direcionada às classes mais baixas do Concelho, mas à classe média, sugerindo que, seja feita uma divulgação atempada nos vários órgãos do Município desta decisão tal como das decisões que vierem a ser tomadas a seguir, porque de facto temos as taxas mínimas na maior parte dos impostos e as taxas em apreço são um incentivo bastante grande e um fator de competitividade em relação aos Concelhos vizinhos, daí a razão da maior divulgação possível para se tentar assacar os benefícios dessa competitividade.

O Senhor Professor José Gonçalves também se congratulou com a decisão dado que nos últimos quatro anos foi dos poucos que não esteve de acordo com as propostas que foram feitas e finalmente a sua manifestação de congratulação. Em relação à intervenção do Senhor Miguel Pinto apenas dizer-lhe que é pena que nos quatro anos anteriores não tivesse colaborado no apoio às suas propostas.

O Senhor Presidente da Câmara, ainda sobre o assunto referiu que, é um esforço grande que o Município está a fazer e até num período em que a proposta orçamental do Estado vem no sentido contrário, diminuição das receitas, embora não tenha sido aprovado, tendo sido colocados os valores do ano anterior, sendo certo que o valor não é muito acentuado, mas pode vir a ter-se alguma dificuldade, se se verificar que se mantêm essas descidas de transferências vindas do Estado em manter algumas regalias que são prestadas à população e de alguma forma dizer ao Senhor Miguel Pinto e Assembleia que, era bom que, estas medidas tivessem um reflexo direto na procura do Concelho e ao Professor José Manuel Gonçalves disse que, já tinha sido proposto, mas não foi certamente esta a questão que levou algumas pessoas a não permanecerem no Concelho, ou que tenham feito por ver nisto uma competitividade territorial em relação a isso. Existem outros Municípios que mantêm taxas mais elevadas e outros que, entretanto, eram obrigados em ter as taxas mais altas e mesmo assim só agora foi feita uma aprovação na Assembleia da República no sentido de regularizarem a situação que,

por dependerem e terem dívidas, para fazer esse pagamento tinham as taxas num valor mais alto e assim não fizeram.

A Câmara de Almeida tem vindo a colocar à disposição da comunidade estas vantagens, esperando que possa ter efeitos. É uma regalia que as pessoas acabam por receber e nem se apercebem dela, mas a sua divulgação não deixa de ser importante.

Colocada a Participação Variável no IRS – Ano 2021, a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, no sentido de se fixar em 0% a referida taxa.

## **5 - Imposto Municipal Sobre Imóveis Ano de 2022;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre o Imposto Municipal Sobre Imóveis Ano de 2022, disse que, a proposta era a de colocar as respetivas taxas na percentagem mais baixa e manter os pontos 1,2,3 e 4 da informação no sentido de poderem ser majorados noutro tipo de edificios e medidas que poderão vir a ser aplicadas no sentido de incentivar a redução do abandono e arranjo dos mesmos que se encontram degradados.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Imposto Municipal Sobre Imóveis para o Ano 2022, a votação tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, fixando o imposto nas taxas mínimas, ou seja: - Prédios Rústicos 0,8%; e - Prédios Urbanos 0,3%, aprovar, os pontos 1,2,3 e 4 da informação, bem como o que diz respeito ao estipulado no número 1 do artigo 112º, aditado pela Lei 7-A/2016, de 30 de março, sobre a composição do agregado familiar.

## **6 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE);**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE) disse que, a proposta é de aplicar a taxa mais elevada 0,25%, porque as empresas de comunicação não fazem a comunicação devida da faturação que fazem no Concelho, não permitindo ter receitas que sejam avultadas, muito pelo contrário, são insignificantes as receitas que vêm deste imposto.

O Senhor Presidente da Assembleia sugeriu que, nos órgãos próprios com a Comunidade Intermunicipal onde estão representados os Municípios da região era bom que estas questões fossem abordadas, uma vez que é sabido que estas empresas têm grandes lucros e que todos conhecem e porque sabem que podem utilizar estes mecanismos com as divisões não havendo uma união e força para que os organismos próprios lhes façam essa imposição, acabando por não pagar. Assim sendo, deixa o repto para que partisse do Presidente da Câmara de Almeida, com já ele o fez, mas sem frutos, para que insista neste assunto.

O Senhor Presidente da Câmara disse que, fica a sugestão registada e que ele tinha pensado em pedir a faturação às operadoras e dar conhecimento à Entidade Reguladora desse mesmo pedido.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. Tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, fixando a Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE), em 0,25%.

Di. -  
Petr -  
MARIANO

### **7 - 3ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre a 3ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021, explicou que o objetivo da revisão é a execução da receita dentro dos limites legalmente previstos, fazer uma correção das intervenções que não vão ser feitas de acordo com a previsão na altura e deveriam ser executadas até ao final do ano, porque não está previsto nem o lançamento das empreitadas nem os apoios que estão associados.

O Senhor João Filipe Coelho perguntou, se a revisão tinha a ver com o Portugal 2020 e em relação ao milhão de euros constantes da rubrica.

O Senhor Presidente da Câmara informou de que, nem só informando que é na receita e intervenções que estão no documento e que têm a ver com o ano de 2020 de obras que estão em curso e de outras que não foram ainda lançadas nem os projetos estão concluídos, mas isso são de receitas próprias. Relativamente aos projetos enunciou o das Portas de S. Francisco, as Portas de Santo António e Revitalização da Rua do Comércio que estão com um atraso considerável e são essas as questões que motivaram a 3.ª Revisão e a falta de receitas.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a 3ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021 a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com o registo de vinte e um votos a favor e onze abstenções.

### **8 - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara explicando que ficou claro nos documentos de introdução e nos documentos previsionais a dificuldade que há em fazer um orçamento que seja o mais abrangente possível no sentido de dar resposta às necessidades e aos investimentos que também se candidataram e respetiva implementação, sem haver o Portugal 2030, os projetos que foram propostos ao nível da Comunidade Intermunicipal e também do PRR ainda não existem informações de aprovação de alguns dos projetos que, não foram colocados na receita e também não o foram na despesa. A Câmara Municipal, em termos de investimento tem limitações e é cerca de um milhão e meio que está previsto no Concelho. São colocadas as prioridades com as empreitadas que estão em programas e têm apoios, sendo certo que, depois com o saldo de gerência irão ter oportunidade de dotar as obras que estão vertidas no documento para depois se poderem executar durante o ano de dois mil e vinte e dois e seguintes de acordo com o plano plurianual.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal antes de dar a palavra aos membros da Assembleia, leu um documento do Conselho Municipal da Juventude, o qual se transcreve:

“Minuta de deliberação – Parecer do Conselho Municipal da Juventude ao Plano de Atividades e ao Orçamento Municipal para o Ano de 2022 – Nos termos das alíneas a) e b), do ponto 1 do artigo 7º da Lei 8/2009, de 18 de fevereiro, o Regime Jurídico dos

A.  
del.  
M.M.T.F.

Conselhos Municipais da Juventude e do artigo 7º, ponto 1 do artigo 18º, do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Almeida, vem pela presente este Conselho emitir o seu parecer obrigatório não vinculativo ao Plano de Atividades e ao Orçamento Municipal, nomeadamente as partes mais relevantes afetas ao Pelouro da Juventude para o ano de 2022. O Conselho Municipal de Juventude reunido a 29 de novembro de 2021, emite parecer favorável ao Plano de Atividades e ao Orçamento, nomeadamente às partes afetas ao pelouro da juventude para o ano 2022, por maioria, com um voto contra, pelo que se remete o presente documento à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Almeida.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso solicitou os seguintes esclarecimentos:

Relativamente ao Ordenamento do Território e ao Plano de Expansão Norte de Vilar Formoso tem uma despesa corrente de 40.000,00 € e para que serve;

Na Recuperação do Coletor das Águas Pluviais da Via Estruturante de Vilar Formoso perguntou, se vai haver mais alguma intervenção;

Relativamente ao Reservatório Elevado do Alto dos Pinhos em Vilar Formoso perguntou, se esta solução irá resolver os problemas nas Zonas Baixas;

Relativamente à Reparação das Instalações Sanitárias Públicas da Fronteira de Vilar Formoso perguntou, se se trata das antigas ou das novas e para que serve o valor;

Sobre a Casa Maribel Música Center, perguntou para que servem os 70.000,00 € e qual foi a base do mesmo;

Relativamente ao Centro de Interpretação da Fronteira tem a rubrica uma dotação de 20.000,00 €, onde está previsto o Centro e para que serve o valor;

Em relação à Eficiência Energética das Piscinas de Vilar Formoso vão ser gastos entre 2022 e 2023 400.000,00 € e qual a intervenção que vai ser feita;

Em relação ao Eixo Viário de Acesso a Vilar Formoso, vão ser gastos 60.000,00 € e para que servem;

Requalificação do Parque TIR 60.000,00 €, para que servem;

Reabilitação da Passagem Desnivelada em Vilar Formoso, perguntou se se trata do túnel da Estação;

Relativamente à limpeza da Ribeira referiu que, a rubrica está em aberto e é uma preocupação deles enquanto Junta, perguntando, se está a ser pensada alguma intervenção.

O Senhor João Filipe Coelho solicitou os seguintes esclarecimentos e deu alguns exemplos, nomeadamente em Relação ao Salão Polivalente de Amoreira, que na 3.ª Revisão no ano + 1 (2022), tem uma verba de 180.000,00 € e agora no orçamento tem uma verba de 50.000,00 €, porquê a diferença. O mesmo acontece com o Espaço Multifunções de Almeida que na 3.ª Revisão no ano +1, tem 100.000,00 € e agora no orçamento tem 50.000,00 €.

Em relação à Reparação do Sistema de Drenagem do Pavilhão de Almeida e de acordo com a informação escrita do Senhor Presidente, pelos trabalhos que faltam fazer na empreitada 50,00 € para o ano 2022 acha que são insuficientes.

Gostava também de saber sobre as Aldeias PDR 2020, com uma dotação de 320.000,00 €, do que se trata e qual a intervenção.

Na subunidade de Água e Saneamento não conseguiu saber o que são outros trabalhos especializados dotados na a rubrica com 505.000,00 €.

Handwritten signature and name: *Mário*

A Modernização e Remodelação das Instalações da Câmara Municipal – 1.<sup>a</sup> Fase, em que consiste.

Eficiência Energética em que consistem também as intervenções – Termas da Fonte Santa, Piscinas de Almeida e Vilar Formoso, não conseguiu saber porque as Termas no ano de 2022 estão dotadas com 155,730,00 € e no ano seguinte com a mesma verba, acontecendo o mesmo caso das Piscinas de Vilar Formoso a mesma verba para os dois anos (189.650.00 €) e nas Piscinas de Almeida a rubrica está dotada com a mesma verba, mas só uma vez, perguntando se se trata de um erro ou está numa fase mais avançada;

Na Requalificação e Musealização da Zona do Castelo ALD, perguntou se era em Almeida e do que se trata;

O Plano Integrado e Inovador ao Combate do Insucesso Escolar, fica sem verba a partir de 2024, perguntando se o Plano vai acabar;

Regeneração Urbanística da Zona Alta da Vila de Almeida também perguntou de que se trata a intervenção;

E por último o Ordenamento do Estacionamento da Zona da Estacada em Almeida, em que consiste.

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Almeida referiu que, no dia 03 de fevereiro de 2020, saiu um comunicado do antigo Executivo da Junta de Freguesia de Almeida, relativamente à Feira do Fumeiro, citando “Após diálogo entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Almeida decidiu esta última para satisfação de todos acolher a liderança do novo projeto, assumindo-se uma participação efetiva dos dois Executivos”. Depois de uma conversa que teve com o Senhor Presidente da Câmara numa reunião, foi-lhe dito que, de acordo com a evolução pandémica se veria a possibilidade de a mesma ser realizada. No entanto, e independentemente da situação pandémica vê orçamentados outros eventos para a mesma altura, mas a Feira do Fumeiro não consta e gostaria de saber qual a razão.

Em relação ao Orçamento voltou a verificar pelo quinto ano consecutivo que, os caminhos à espera de serem arrançados / asfaltados há mais de trinta anos mantêm a dotação de 50,00 €, o que significa que não vai haver intervenção em nenhum deles.

Relativamente ao realojamento das pessoas que habitam no Bairro Pré-Fabricado no Arrabalde de S. Francisco, pelos vistos para esta Câmara é um dado sem efeito, porque pensam que as pessoas ali vivem bem e, provavelmente há muitos anos ninguém do Executivo vai para ali passear e olha para aquelas casas, porque é uma vergonha olhar para aquela situação.

Mais referiu que, não são condições de alguém viver naquele Bairro, mas pelos vistos o Executivo acha que sim, aquilo é uma vergonha.

Quanto ao muro do Estádio Municipal, continua a ser ignorado no orçamento, lembrando que, um dos buracos já tem três ou quatro anos e os mais antigos vinte ou trinta e é o postal que mostramos quando qualquer pessoa entra na Vila de Almeida pelo lado da Fronteira e que no seu ponto de vista é outra vergonha.

Relativamente à zona envolvente do antigo cemitério e o abandono a que está votada a Torre do Relógio, continuam também a cair no esquecimento.

Como Presidente da Junta de Freguesia de Almeida referiu que, o orçamento a deixa bastante preocupada, porque as intervenções feitas nos últimos anos no património com base em projetos ambíguos têm levantado muitas dúvidas relativamente ao objetivo das mesmas e não têm sido consensuais, como por exemplo a Zona Baixa da Vila de Almeida, são vistas como um atentado ao património e o mesmo se está a passar

D. J.  
P. J.  
MAR 31 - 20

em Castelo Mendo. Mediante o dinheiro que o Município gasta com as Aldeias Históricas e perante ao que se tem assistido em relação à polémica de Castelo Mendo, pergunta sobre qual é o papel que a Associação Aldeias Históricas tem quando se fazem este tipo de intervenções no património.

O Senhor Jaime Varelas referiu que, há vários projetos orçamentados para o próximo ano de áreas de lazer e praias fluviais junto ao Rio Côa, sendo do conhecimento de todos que o Rio está poluído e as suas águas são impróprias para banhos. Para além das construções das ETAR's previstas no orçamento, perguntou se está em curso algum plano de recuperação ambiental do Rio Côa para a sua despoluição que, passe pela identificação e correção de outros focos de poluição, pela aplicação de medidas preventivas e por intervenções de limpeza do referido Rio.

Em relação à saúde, disse que o Senhor Presidente na tomada de posse elegeu como tema de mandato a saúde e não vê a proximidade prometida do serviço de saúde às Freguesias e no orçamento falta um plano de mobilidade acessível para todos na proximidade de expressar a saúde num Concelho cada vez mais envelhecido.

O Senhor António Frias referiu que, sobre os documentos queria tentar perceber qual foi a motivação para que eles decorressem com tanta celeridade. Porque foi ano de eleições e havendo prazos que poderiam vir a ser aproveitados pelo Município para os aprovar pelo menos no decorrer do mês de dezembro e não no de novembro. Por um lado, poderia ter sido útil na elaboração dos documentos técnicos e por outro já tem algumas dúvidas se algo de novo poderia saltar para este Orçamento e Plano de Atividades, mas concretamente e é recomendável que o documento antes de ser enviado para qualquer organismo seja corrigido na parte das Grandes Opções do Plano, porque se verificarem e gostava que fizessem essa leitura, existem muitos projetos sem dotação orçamental. Desde aqueles que já foram executados e já não deviam constar dos documentos, sendo certo que não aparecem dotados no orçamento, mas aparecem registados no plano e isso não pode acontecer e deu alguns exemplos – Ciclos de Eventos Gastronómicos, Projeto de Arquitetura do Interior do Quartel das Esquadras II Fase, Reabilitação Patrimonial do Interior do Quartel das Esquadras – Projeto de Especialidades, Balança na Zona Industrial de Vilar Formoso e Balança de Almeida todas elas sem dotação.

Mais referiu que, não se revê neste orçamento, achando que ao longo do primeiro mandato foram dadas as oportunidades suficientes para que tivesse havido uma evolução no bom sentido segundo a sua opinião. O estado de estagnação ao que o Concelho chegou, já o disse e repetiu que, o Concelho necessita de políticas audazes e estruturadas, por isso não lhe vai dar a sua confiança.

O Senhor Miguel Pinto e repetindo o que disse no Conselho Municipal da Juventude tem plena consciência do encargo financeiro que, a Câmara Municipal tem e adivinha-se que todos têm de um decréscimo da receita por força do decréscimo populacional que tem de estar na mente de todos, sendo um fator que, os leva também a reconhecer a audácia que houve em diminuir a participação variável no IRS, mas também noutras medidas tomadas, como o “Voltar a Abrir”, “Manter Aberto” e todas as medidas de apoio às Instituições por forma de compensar os danos provocados pela situação pandémica em que também há vidas humanas em jogo e compensar aquilo que são os encargos das Instituições e Organizações por esta situação excepcional que, se vive. Por outro lado, e relativamente a medidas, chamou a atenção do Executivo quer

21  
Pel  
MARTINS

para o Estádio Municipal, quer para a estrada Municipal entre a Malhada Sorda e o limite do Concelho em direção a Vilar Maior, por serem dois investimentos que se calhar não precisam de ser muito avultados para remediar no imediato, no caso do Estádio muros que estão derrubados e no caso da Estrada Municipal buracos que estão a agravar-se todos os invernos, mas sempre com a consciência que são precisos investimentos provavelmente não em 2022, mas nos seguintes para essas duas infraestruturas.

Relativamente à Participação Variável no IRS, deu a resposta ao Senhor Professor Gonçalves dizendo-lhe que, a JSD não tem assento apenas na Assembleia Municipal e por outro lado, também não está à espera, embora também o tenha feito no início provavelmente por inexperiência, mas não está à espera da Assembleia Municipal para trazer aqui todos e quaisquer assuntos de um buraco que exista ou de uma luz que faça falta. Traz assuntos diariamente quer pela aplicação que é disponibilizada pelo Município, ou contactando o Município pelos meios que estão ao dispor de toda a gente. Quando fez votos para que esta Assembleia Municipal trouxesse projetos estruturantes para serem discutidos para o futuro do Município também foi nessa ótica, para que todos trouxessem projetos a pensar no longo prazo o que querem para o Concelho de Almeida em 2030 ou em 2040, porque se está numa posição de inflexão neste momento, que se não se parar com a sangria de pessoas que não depende única e exclusivamente do Município, mas também de Órgãos Nacionais e porventura Regionais se vierem a ser criados. Está-se numa situação de rotura, sendo necessário mais do que andar com estas tricas, nos unir e trazer projetos porventura conjuntos, disponibilizando-se para tal e para disponibilizar à Câmara Municipal ideias para intervencionar ou para pôr em prática caso sejam infraestruturas ou outro tipo de intervenções.

Relativamente à certidão da ata da Reunião da Câmara e não querendo ofender ninguém, mas quem não se sente não é filho de boa gente e ouviu dizer que o executivo não passa pelo Arrabalde de S. Francisco, não irá discutir isso, mas é muito fácil trazer assuntos que todos conhecem pelo faceboock e são assuntos que devem ser discutidos aqui e como há pouco se disse se o público devia intervir no início ou no fim, na sua perspetiva deve ser no fim porque muitos dos temas que são trazidos é bom que a população os ouça primeiro e discuta quer na rua quer nos meios digitais. Acha que é muito grave dizer-se que não existe uma ideia de música, que não existe inspiração musical ou uma tradição musical no Concelho e o Senhor Presidente da Câmara é testemunha disso e ele próprio o irá "chatear" no próximo mês acerca desta matéria. No momento existe uma Associação Musical mais do que centenária no Concelho, existem grupos de cordas, coros polifónicos, ranchos que se deveriam recuperar, bandas que não fazem parte desta música mais tradicional, mas mais pop/rock e que, se deve impulsionar esta cultura, acreditando que, a Câmara Municipal faz muito trabalho nesta área, não só por si, mas também em conjunto com as Associações, porque é nelas que se deve delegar muito desse trabalho e que não é visível no orçamento. Não enquanto Deputado Municipal, mas enquanto dirigente associativo disse que, reconhece a este Executivo, assim como aos anteriores, muita força de vontade e vontade de apoiar Associações Culturais e neste caso, de tradição musical que no orçamento não está visível e tal como as Juntas de Freguesia fazem muito trabalho para se terem iniciativas para os jovens e pessoas do Concelho para não saírem daqui, porque mais do que infraestruturas também são necessárias dinâmicas e que também não são visíveis no orçamento, mas todos os dias são feitas pela Câmara Municipal, anunciando que o seu voto será favorável, tendo consciência que existem rubricas abertas, e que têm que ser feitas algumas num curto, outras no médio e outros a longo prazo e que todos devem ter

responsabilidade para depois não virem a perguntar sobre tudo, mas trazer também soluções. Disponibilizou-se para falar com os membros não só do PSD, mas também com os membros do PS, assim como com os Presidentes de Junta que se candidataram por listas independentes, porque só assim se chegará a algum lado.

Mais referiu que, se todas as cabeças pensarem em iniciativas para o Concelho, certamente se chegará a iniciativas disruptivas e que possam ajudar a diminuir esta rotura e esta sangria de pessoas do Concelho e se assim não for daqui a quatro anos voltarão a estar com o mesmo tipo de discurso.

A Presidente da Junta de Freguesia de Almeida achou lamentável que o Senhor Miguel Pinto não ache importante que se fale das pessoas que vivem em Pré-Fabricados desde os anos 70, porque ele todos os dias entra em casa tem todo o conforto e calor e todas as condições e essas pessoas que vivem desde os anos 70 naquelas casas e na altura que foram construídas eram para ser provisórias e assim continuam há 50 anos e ninguém aqui está preocupado com isso, não é com a música que o colega Miguel refere que, melhoram a sua vida, por isso há coisas que devem ser levadas a sério.

O Senhor Miguel Pinto e sem querer alongar a questão referiu que foi mal interpretado e explicou que, claro que sim que acha a questão muito importante e para isso recomendou uma vista de olhos aquilo que foi o programa eleitoral do PSD nestas últimas Eleições Autárquicas, onde existe um ponto que é diretamente relacionado com o tema, nomeadamente com o programa do 1.º direito, também impulsionado pelo País. Ele não disse que não eram importantes as condições de vida das pessoas do Concelho, disse sim que, não se pode só andar a dizer que as pessoas não passam no local, porque certamente passam e têm consciência dos problemas, mas também existe outra questão, não conhecendo as pessoas que vivem no Bairro, certamente acha difícil fazer obras e intervenções nas suas casas sem que deem consentimento a tal. Com isto não quer dizer que isso não é importante, mas o que está a tentar apelar é para uma moderação do discurso porque uns têm consciência de algumas coisas que acontecem no Concelho e outros têm de outras, são 17 deputados municipais e mais os Presidentes de Junta e não se deve vir para a Assembleia Municipal dizer que não há consciência do que se passa no Concelho. A Cultura também é importante e trouxe um caso que provavelmente do lado da oposição não havia assim tanta consciência. Repetiu que o que pretendeu foi fazer um apelo à moderação do discurso e que sejam apresentadas medidas para a melhoria do Concelho.

O Senhor João Filipe Coelho disse que, falar de projetos urgentes e estruturantes entende a opinião da Presidente da Junta de Freguesia de Almeida em que há projetos que já estão há muito tempo e falou num em particular porque acha que é muito importante e os orçamentos têm sido isentos na provisão da intervenção dessas situações, ou seja, os investimentos particulares existem, as pessoas decidem vir para o Concelho fazer as suas casas, vêm para cá viver, têm os seus filhos, mas depois parece que não há um olhar atento por parte do Município e não estão contemplados no orçamento as acessibilidades de algumas casas. Entende que para quem tenha mobilidade reduzida precise dessas intervenções, mas no seu dia a dia e quem cá vive também precisa de condições e o orçamento não estar dotado e constar a rubrica parece muito bonito e a opinião de estar no orçamento é o “poderá ser feito” e o “poderá” está há décadas. Deu o exemplo da zona onde fez a sua habitação e já foi a quarta. O acesso



O. J.  
del  
MAREJO

é uma servidão ao Estádio Municipal e trata-se de um troço muito pequeno que faz a ligação a outros edifícios públicos e não há previsão de execução o que acha incompreensível, mas o investimento privado existe. Mais referiu que, do muro para dentro está tudo arranjado, mas do muro para fora é lama e pó e pergunta se há visão e se há urgência nessa obra. Que não lhe venham dizer que do outro lado não há sentimento porque há e também há problemas que estão a ser identificados.

O Senhor António Frias disse que, como membro da Assembleia e grande defensor da democracia ao longo dos anos admite todas as opiniões e com certeza que fazer o contrário seria impossível, mas quanto ao referido pelo Senhor Miguel Pinto faz as intervenções que tiver que fazer em perfeita liberdade, pode expressar o que entender, mas tem também que tentar não confundir as pessoas. Há pouco falou na questão do IRS e já na necessidade de se informar toda a gente. As táticas já ele as conhece há muito tempo, dizendo ao Senhor Miguel Pinto que, no orçamento se continua a contar com o IRS que, foi aprovado no ano passado portanto, em 2023, se não houver nenhum lapso, não constará da receita do orçamento e é preciso não ter um discurso assim fácil e cada um cumpre a sua missão e ele há longos anos que tem a sua consciência bem tranquila no aspeto de tentar colaborar, mas também é preciso que haja essa solicitação da parte de quem tem a responsabilidade e segundo o seu ponto de vista seria de mau tom andarem a oferecer-se e que é a sua opinião pessoal. Mais referiu que, se sabe o que estava previsto neste Orçamento de Estado e a leitura do Município não foi ele a fazê-la, sabendo que a nível das Freguesias existe um aumento de receitas correntes, por parte da previsão do Orçamento de Estado e vai ser cumprida porque decorre da Lei e seja qual for o Governo tem que cumprir o que está estipulado na Lei das Finanças Públicas.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Malhada Sorda disse que, já há vários anos que existem e existiram programas de apoio ao realojamento de pessoas em condições precárias, não conhecendo a realidade jurídica das habitações do Bairro, se são propriedade privada ou do domínio da Câmara, desde os anos 90 que têm existido e sido lançados pelo Governo Central, diversos apoios à construção para realojamento, deixando a sugestão para que a Câmara possa eventualmente explorar, provavelmente neste momento pode não existir nada, mas pode vir a existir, deixando a dica para que, se possa despoletar uma solução e a médio / longo prazo se poder resolver ou tentar solucionar.

Seguidamente o Senhor Presidente e relativamente às questões colocadas prestou os seguintes esclarecimentos:

Em relação às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso e respondendo de uma forma geral informou que, muitos dos projetos mencionados, nomeadamente o Depósito do Alto dos Pinhos é para tentar resolver os problemas de falta de pressão da água e essa possibilidade está prevista, podendo ser deslocado para outro local dependendo do estudo técnico.

O Plano de Pormenor é exatamente por causa da ligação do Parque TIR e fazer um Plano de Pormenor por forma a tornar o local apetecível para o investimento exterior, no sentido de ser criado um ramo onde se possam localizar serviços de apoio aos utilizadores da autoestrada e que possam ser atraídos para o local, sendo na área logística essa a intenção vertida nos estudos e planos que se tem vindo a desenvolver.

*Palma MARTINS*

Quanto à Via Estruturante trata-se da passagem que ainda não está recebida, das casas de banho, o túnel é para fazer a intervenção no mesmo, cujo projeto está internamente a ser elaborado para depois se poder fazer a referida intervenção. As restantes questões são para serem feitos os projetos e concretamente o Espaço do Musical Center e em todas as intervenções, tentou-se verter todo o plano de valorização de parte de Vilar Formoso, cujos projetos estão vertidos no Orçamento e estão colocados nos anos seguintes os valores com estimativas e previsões da possibilidade de custo não passando disso porque ainda não existem projetos concretos.

Sobre o Parque TIR informou que, o que se pretende é que seja uma das intervenções que possam ser efetuadas pelo Estado e se assim não for e não vier a acontecer e como sempre foi dizendo a Câmara avançaria com a intervenção que, considera estratégica para Vilar Formoso. Tem conhecimento que essa verba pode ser aprovada, mas não é suficiente para o projeto. Constava de um milhão e meio previstos para poder ser colocada e ser feita a intervenção por parte das Infraestruturas de Portugal, mas terá que haver uma revisão, mas sobre estes dados ainda não tem conhecimento que tenham sido aprovados nem dado conhecimento à Câmara. Esclareceu que há pouco tempo foi comunicado o valor que vem espelhado no Estudo Prévio, esperando que, haja da parte do Governo / Ministério da Coesão informação favorável e se vier a ser feito protocolo com o Estado poder ser reforçado o Orçamento.

Em relação às verbas dos polivalentes da Amoreira e da Freineda e outros informou que, são previsões para os anos seguintes, eles estão vertidos e a verba que está é para a conclusão dos projetos que estão lançados e em fase de conclusão.

Sobre as verbas de receita, dizem respeito ao Portugal 2020 e a alguns programas que estão a ser colocados no orçamento, devidamente aprovados e os projetos vertidos na receita. A questão dos outros em relação às águas são o custo do próprio fornecimento e não são intervenções.

Sobre a Renovação das Aldeias esclareceu que, é um projeto que está aprovado no sentido de haver intervenção em imóveis em termos de Aldeias, ou seja, é um projeto que está a ser feito através do PDR da Raia Histórica com várias intervenções previstas e uma das que já está aprovada é a intervenção na Antiga Escola de Valverde.

Sobre a Eficiência Energética das Termas da Fonte Santa e Piscinas explicou que se tratou de um erro e diz respeito à transformação das caldeiras para utilização de pellets e colocação de painéis solares. As intervenções eram para ser feitas em 2021, mas como a aprovação das candidaturas só ocorreu em agosto e não foi possível lançar as intervenções, existindo agora essa possibilidade, embora o projeto de Almeida careça de aprovação, faltando a certificação energética.

Relativamente à Revitalização e Musealização da Zona do Castelo, em Almeida, o Senhor Presidente informou que, se trata de projetos em que foi aprovado um plano de gestão para Almeida, colocando-se como prioritários para o Portugal 2030, fazer intervenções na parte do Rio Côa e fazer intervenções nas zonas históricas de Almeida, Castelo Mendo e Castelo Bom e que constam da preservação do património para potenciar a visita das referidas localidades, através da melhoria das infraestruturas mais importantes. Não passam de intenções, mas estão previstas em plano e têm algum grau de estimativa em termos de custos, tendo sido lançadas para aprovação e depois se conseguir dotar a verba no orçamento o que torna muito mais fácil.

Em relação ao Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar o Senhor Presidente esclareceu que, só está até 2024, porque é o acordo que existe em termos de Comunidade Intermunicipal e depois daquela data ainda é uma incógnita em termos de se vai haver financiamento ou se será a expensas da Câmara.

07-  
Pel-  
MARTINHO

Respondendo às questões da Presidente da Junta de Freguesia de Almeida e sobre asfaltar os caminhos informou de que, um projeto está concluído e dois deles ainda não têm projeto e aproveitando também deu a resposta ao Senhor João Filipe Coelho dizendo que não é com os impostos dos residentes que se irão conseguir fazer essas intervenções, sendo certo que estão previstas e são colocadas em plano não é só para constarem é porque há intenção de serem feitas, mas é necessário haver verba suficiente para realização das mesmas. Mais esclareceu que, no caso da Rua do Senhor João Filipe há problemas com indemnizações que não foram concluídas e que o processo tem de ser retomado nesse sentido, estando também integrado na intervenção o Campo Municipal e se com a possibilidade de candidatura melhor, porque a Câmara não tem disponibilidade ilimitada ou terá de deixar de fazer umas para dar prioridade a outras. Repetiu que para a intervenção ser feita não é com os impostos que as pessoas pagam que se conseguem fazer e muitas já foram feitas no Concelho com a crítica de alguns nesta Assembleia Municipal, mas ainda bem que foram feitas porque foram uma mais valia para as condições de vida das pessoas.

Sobre o Bairro no Arrabalde de S. Francisco, em Almeida, recordou que, no Executivo anterior e já neste foram entregues as primeiras casas para alojar pessoas que estavam a viver naquele Bairro e é também este Executivo que está a tentar fazer a transferência de residentes para outro local para se poder continuar com as demolições e nesses terrenos se poder vir a construir e alojar as pessoas. Trata-se de um plano que não é fácil quando não existem contratos assinados com alguns utilizadores das casas para se poder tratar com programas e se poder fazer candidaturas com o objetivo de as retirar do local. Acrescentou que também lá passa e também tem vergonha do que acontece no Concelho de ver pessoas a viver naquelas condições. Referiu que tem esse objetivo, mas conseguir resolvê-lo de um momento para o outro, só em pensamento, mas a intervenção já foi iniciada e está a ser feita.

Relativamente às intervenções nas Aldeias Históricas referiu que, é uma Associação como outras que tem um PROVERE aprovado e está a trabalhar na divulgação das Aldeias Históricas de Portugal e que faz candidaturas que permitem neste caso da melhoria das acessibilidades com mobilidade condicionada cuja candidatura foi feita pela Associação e a Câmara Municipal ficou de fazer as intervenções, tendo as guidelines que permitem fazer as intervenções de acordo com regras padronizadas. A polémica que foi levantada tem a ver com gostos e as intervenções só são feitas em alguns pontos e não é como a Sónia Cunha diz e já o disse várias vezes que é um trabalho feito pelos técnicos autores dos projetos e as entidades que se pronunciam sobre os mesmos. Ora em termos de gosto é uma outra questão que por vezes é mais discutida nas redes sociais que propriamente nos órgãos onde devem ser discutidas e quando há dúvidas é quando se faz a discussão dos projetos que de alguma forma possa ser dado o contributo e não é à posteriori que se vão fazer alterações.

Sobre a Feira do Fumeiro esclareceu que efetivamente teve a reunião com a Presidente de Junta de Freguesia de Almeida, sugerindo-lhe para se pensar no assunto e qual o formato que se lhe iria dar e neste momento não tem ainda uma data nem prazo, nem a forma de a fazer. Pensa que devem reunir e falar sobre isso, nomeadamente da possibilidade da execução, sendo certo que, no orçamento não consta a Feira do Fumeiro, mas tem outros eventos referidos e há sempre a possibilidade de ser feito um reforço para a sua realização ou o evento que a vier a substituir.

O Senhor Presidente referiu que, na data em que estava a ser feita não é possível fazer-se, em virtude de não estarem reunidas as condições de se fazer um certame que

D. —  
Palma  
Miguel

tenha a qualidade que todos gostariam que tivesse, assim sendo, deixou a decisão para depois de uma reunião sobre o assunto.

Sobre a saúde não existe no orçamento um projeto propriamente descrito, mas foi dito que, se iriam dar apoios de maior proximidade dentro de cada uma das Freguesias, estando previstas aquisições no sentido de dotar e ter a capacidade de dotar a deslocação às Freguesias, assim como disponibilizar recursos humanos que se possam vir a contratar para dar essa resposta, sendo certo que, só no início do ano iriam fazer essas aquisições, bem como de viaturas.

Em resposta ao Senhor António Frias referiu que, fica a anotação dos projetos e irão fazer uma limpeza ainda maior do que foi proposto. Acrescentando que, em relação ao orçamento também gostaria de apresentar a intervenção no Edifício da GNR, em Vilar Formoso e certamente que aquela zona ganhava não só em termos urbanísticos, mas também em melhores condições para os agentes, assim tivesse também dotação e um contrato programa para poder assinar a intervenção no Parque TIR, bem como se já estivesse assumida a intervenção na ligação. Gostaria também que o plano que está submetido pela parte da Comunidade Intermunicipal, em que há vários projetos Municipais já estivessem aprovados e certamente o orçamento seria mais abrangente e daria respostas no sentido de poder rever-se mais nele, porque de certeza que a maior parte dos projetos que estão vertidos nos planos e as intenções que têm vindo a ser debatidos o Senhor António Frias também se revê nelas como uma necessidade de serem feitos porque sempre o transmitiu e ele também tem lutado por isso, assim como eles o têm dito e vai continuar a trabalhar no sentido de ter essas certezas para depois constarem do orçamento e serem concretizadas o mais breve possível.

Quanto à intervenção do Senhor Miguel Pinto no sentido de haver um discurso mais construtivo e de saber estar na política, concordou, porque às vezes há interesses partidários colocados em primeiro plano, mas não se importa de os desmontar e não os colocar em primeiro plano e no sentido de poder fazer intervenção daqueles projetos que possam ser considerados de forma geral como os mais prioritários.

Em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Malhada Sorda, referiu que já houve programas de apoio, mas nessa altura não havia projetos suficientemente maduros para poder candidatar e estão a desenvolver no 1.º Direito esses Planos, que estão muito atrasados e é preciso colocar acelerador, mas com esse programa já se vê algum horizonte. Esclareceu também que tem informações contraditórias de que o programa já está mais do que ocupado com as Câmaras que, entretanto, já fizeram candidaturas, mas poderá haver um aumento da dotação que permita fazer ainda as candidaturas.

Em relação ao Rio Côa informou que, o estudo da Valorização dos Recursos Hídricos, já foi lançado e está neste momento a decorrer e até meados do mês de dezembro tem de ser apresentado o estudo geral das intervenções a fazer. Sobre a poluição, é verdade que existem problemas e no referido estudo terão de ser colocadas intervenções que minimizem a poluição, que poderão ser efetivas se forem feitas a montante e no caso de Almeida, é no Concelho da Guarda onde a origem dos problemas se nota mais (Rio Noémi). Mais esclareceu que, há algumas zonas no próprio Rio que apresentam melhorias acentuadas, de alguns anos a esta parte que permitem fazer intervenções não de Praias Fluviais diretamente, mas ter zonas de banhos devidamente estudadas e estruturadas para assim poderem acontecer e que estão vertidas no plano da Comunidade Intermunicipal que também aguarda aprovação.

A  
A  
MARTO

O Senhor João Filipe Coelho, sobre os arruamentos e em direito de resposta ao que o Senhor Presidente disse que, os mesmos não são feitos com os impostos que as pessoas pagam, acrescentou que em nenhum deles é pago com os impostos de quem lá vive e a justificação foi desapropriada. Quando se tem um orçamento de dezasseis milhões e meio, 1% do mesmo, segundo a sua opinião, provavelmente daria para ir fazendo algumas intervenções.

O Senhor Presidente sobre a limpeza da ribeira em Vilar Formoso disse que, foram feitas intervenções de limpeza e o ano passado só houve uma na parte vegetal, sendo necessário haver um projeto que possa contemplar uma intervenção de espécies invasoras que estão a proliferar, no entanto, já foi feita uma intervenção no leito das imediações de Vilar Formoso, assim como já foi feita uma intervenção pela anterior Junta de Freguesia objeto de uma candidatura que é o que terá de ser feito no futuro com intervenções pontuais para pequenas intervenções, ou projetos ou candidaturas para maiores intervenções.

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou as Grandes Opções do Plano para 2022, a votação, tendo as mesmas sido aprovadas, por maioria, registando-se onze votos contra e vinte e um votos a favor.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Orçamento para 2022, a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, registando-se onze votos contra e vinte e um votos a favor.

Para constar da ata a Bancada do Partido Socialista apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista votam contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022, invocando as seguintes razões:

Não ter sido cumprido o n.º 3 e 4 do art.º 5 da lei 24/98, passando a citar:

“3 – Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade.

4 – Ao dever de consulta prévia aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 2 do artigo 4.º”

Reconhecemos que, constam do orçamento projetos que consideramos prioritários, mas sem a devida dotação orçamental necessária para a sua realização. Uma prática que tem sido recorrente, o que leva a que haja projetos com décadas sem qualquer previsão da sua execução.

A falta de investimento em áreas onde os municípios assumem novas competências, como é o caso da Saúde e da Educação, e a ausência de um plano de intervenção e nível da Reabilitação Urbana quando temos um Plano de Recuperação e resiliência com uma dotação gigante e este nível, é para nós incompreensível.

Em conformidade com os nossos princípios ideológicos e políticos, na visão que ambicionamos em termos estratégicos para o nosso concelho, não nos revemos na proposta orçamental apresentada, nem para o ano de 2022, nem no seu prolongamento

no quadro plurianual. Almeida 30 de novembro de 2021 – Os Membros Eleitos pelo Partido Socialista.”

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

### **9 - Mapa de Pessoal para 2022;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre o Mapa de Pessoal para 2022, disse que a previsão que consta do referido mapa vai para além do ano seguinte, sendo uma previsão praticamente para o mandato no qual irão ter bastantes funcionários em condições de solicitar a reforma e tem também em vista a reclassificação de alguns funcionários que, entretanto, adquiriram competências. Por isso, quando for consultado o número de trabalhadores, existe um número avultado, mas que não é esse o universo final que venha a ter e que ponha em causa o funcionamento e os orçamentos municipais futuros que viessem a ser feitos e rondará uma aproximação máxima de cento e oitenta funcionários na sua totalidade. O que se pretende é ir dotando as áreas onde vai haver a possibilidade de mais pessoas a reformar-se e começar desde já a dotar esses postos de trabalho para adquirirem experiência e desempenharem as respetivas funções distribuídas pelas várias divisões e orgânicas da Câmara Municipal.

A Senhora Tânia Martinho disse que, a sua intervenção não tinha a ver com o mapa porque na realidade nem sequer o conseguiu perceber, apelando para que no futuro o documento fosse mais perceptível e enviado com outros documentos que pudessem esclarecer melhor o que para além das letras serem minúsculas, não lhe pareceu a melhor opção.

Em relação ao envio de documentação em carta registada referiu que, o carteiro tem tendência a coloca-la dentro da caixa do correio e danificar ainda mais os documentos o que os torna ainda mais imperceptíveis, assim que no caso do registo entende que queiram acelerar e não tendo sido efetuado permite pelo menos que os documentos lhes cheguem em ótimas condições para poderem ser apreciados. O Mapa de Pessoal, especificamente, não é a forma mais correta, não sabendo se existe algum regulamento ou algum esquema que pudesse ser adicionado.

Sobre o assunto o Senhor Presidente da Câmara disse que, nesta ou na próxima sessão poderia ser discutida a forma de ser feito o envio e o que foi falado foi o envio de carta registada com AR, mas deixa a possibilidade de os membros da Assembleia e Presidentes de Junta que já utilizam partes eletrónicas que possam vir a recebê-la desta forma e aí os documentos já podem ser ampliados e vistos de outra forma e os que ainda não utilizam os meios eletrónicos podem ser enviados pelos meios normais e assim seria mais fácil.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que estava para colocar essa questão de fazer essa auscultação sobre quem desejaria receber os documentos através de meio digital ou em papel, mas uma vez que ficou decidido que a correspondência iria ser enviada em carta registada com AR nem sequer vai colocar essa questão.

O Senhor António Frias disse que, uma coisa é a convocatória e os documentos de suporte podem ir por os meios que forem decididos e esclareceu que, ao longo dos anos já houve perdas de mandato no país pelo facto das convocatórias não serem registadas. Quanto aos documentos de suporte, e como já foram noutras épocas o orçamento era enviado por via eletrónica e esclareceu que, se for possível não digitalizar os documentos como está a ser feito em função do trabalho que dá, mas se forem os pdf's extraídos dos programas como por exemplo o mapa de pessoal que foi extraído de um programa e o formato é o que todos receberam serviam perfeitamente.

21 -  
Adh  
MUNICÍPIO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que, as Convocações seriam enviadas em carta registada com AR e no final da reunião quem desejar o envio dos documentos por forma não digital deverá transmiti-lo no final da reunião.

O Senhor João Filipe Coelho perguntou se para além da Convocatória se os documentos de suporte também seguiriam por correio.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que não se iriam enviar das duas formas, porque não há vantagens algumas de serem utilizados os dois métodos.

A Senhora Maria Helena Alves sobre esta questão referiu que, efetivamente a forma digital é a que dará mais jeito para que se possa fazer a ampliação dos documentos e uma boa leitura e guardar no computador. Por outro lado, quando se vem para a Assembleia se não tiverem o suporte em papel não os podem trazer. Então se calhar e poder-se juntar todos os benefícios que seria para poupar papel e ter os documentos mais legíveis nos computadores em casa ter-se-ia que introduzir uma coisa que não sabe se seria fácil que era a projeção do documento à medida que estiver a ser discutido.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, no momento não está habilitado para poder responder, mas é uma sugestão que fica.

O Senhor Presidente da Câmara disse que, as reuniões estão a ser feitas no Auditório Municipal, mas também há muitas ações e reuniões que estavam a ser realizadas no passado de forma descentralizada e nem todos os locais têm as devidas condições. No Auditório é possível, mas as coisas têm que ser organizadas de forma diferente à que está a ser utilizada, mas a realidade é que depois se não houver meios digitais para rever os documentos vai tudo dar ao mesmo.

O Senhor Professor José Manuel Gonçalves em relação ao Mapa de Pessoal para 2022, perguntou se não devia vir acompanhado do Regulamento de Funcionamento dos Serviços Municipais.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, o Regulamento que está aprovado é o que já foi discutido na Assembleia Municipal e que diz respeito ao mapa, mas, entretanto, na Câmara Municipal foi submetida à apreciação pública uma Alteração ao referido Regulamento, para depois vir à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente colocou o documento a votação sendo o mesmo aprovado, por maioria, registando-se 11 abstenções e 21 votos a favor.

## **10 - Condecorações Honoríficas;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre as Condecorações Honoríficas esclareceu que, o assunto vem para aprovação e ratificação da Assembleia, tendo em conta que houve uma antecipação na vinda da delegação que se deslocou a Almeida. Disse que o trabalho que se está a ter com a Direção de Cultura e História Militar, com o Exército Português e também com o Exército Brasileiro está a dar os seus frutos em termos de projeção das mais valias que Almeida tem e Museu Histórico Militar, sendo já consideradas as intervenções que foram feitas com reconhecimento da Associação Portuguesa de Museologia, colocando no futuro muitas possibilidades de colaboração no sentido de ser melhorada a prestação do Museu Histórico Militar e da sua renovação e melhoria e também da projeção das mais valias e da Vila de Almeida e do Concelho, no Brasil com a capacidade de divulgação que haverá com a Direção de História e

oi -  
Pedro  
MARTINS

Cultura Militar Brasileira que, enviou uma delegação da sua presidência, permitindo divulgar a existência de Almeida num público alvo de grande dimensão de muitos milhões de habitantes que tem o Brasil e da chegada que é feita através desta questão.

Em abril do ano passado sentiu-se a necessidade da realização de um Regulamento para este efeito o qual neste momento está em discussão pública e que será presente para apreciação e discussão na próxima reunião da Assembleia Municipal.

Mais esclareceu que o assunto vem para ratificação, tendo em conta que as condecorações já foram atribuídas há cerca de oito dias e porque foi uma oportunidade de condecorar as pessoas que representaram as entidades antes referidas, com as medalhas que já estão previstas no referido Regulamento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou as Condecorações Honoríficas a votação, tendo as mesmas sido ratificadas, por maioria, registando-se dez abstenções e vinte e dois votos a favor.

### **11 - Designação do Representante da Assembleia na Associação Nacional de Municípios Portugueses;**

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a apresentação de listas para designação do Representante da Assembleia Municipal da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O Senhor João Felipe Coelho apresentou uma lista propondo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Almeida e Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, a qual foi designada por lista "A".

O Senhor Miguel Pinto apresentou outra lista propondo o Senhor Presidente da União de Freguesia de Miuzela e Porto de Ovelha e para substituto a Presidente da União de Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova, a qual foi designada por lista "B".

Após votação por escrutínio secreto verificou-se que, a Lista A obteve 14 votos e a Lista B 18 votos.

Em face dos votos obtidos foi designado o Senhor Presidente da União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha – José Augusto Ferreira Falcão como efetivo e a Senhora Presidente da União de Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova – Alice Maria de Ascensão Afonso, como suplente e representantes da Assembleia na Associação Nacional de Municípios Portugueses.

### **12 - Eleição dos Membros da Assembleia Municipal na Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela;**

Após uma breve explicação dada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre quem votava e forma, foi apresentada uma lista pelo Senhor José Manuel Gonçalves propondo os Senhores – João Filipe Saraiva Coelho e Tânia Sofia Martins Martinho como efetivos e Sara Maria Fernandes Pires Correia como suplente, tendo sido designada por lista "A".

O Senhor Presidente propôs uma lista propondo o Senhor Miguel dos Santos Pinto e Manuel José Fernandes Gomes como efetivos e Isabel Maria dos Santos Pereira como suplente, designada por lista "B".

Após votação por escrutínio secreto verificou-se que, a lista A obteve 8 votos e a lista B 9 votos.



di -  
pel -  
MARTINS

Como a presente eleição foi feita pelo método de Hondt foram eleitos pelo PSD – Lista B o Senhor Miguel dos Santos Pinto – membro efetivo e pelo PS lista A – João Filipe Saraiva Coelho – membro efetivo.

Como suplentes – Lista B – Manuel José Fernandes Gomes e Lista A - Tânia Sofia Martins Martinho.

Como Suplentes – Lista B – Isabel Maria Santos Pereira e Lista A – Sara Fernandes Pires Correia.

### **13 - Designação de um representante da Assembleia Municipal para o Conselho Cinegético;**

Para a designação de um representante da Assembleia Municipal para o Concelho Cinegético o Senhor João Filipe Coelho apresentou uma lista propondo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Mula – Carlos Alberto do Santos Rodrigues, a qual foi designada por Lista A.

O Senhor Miguel Pinto apresentou também uma lista, propondo o Senhor José Guilherme da Silva Abranches, a qual foi designada por lista B.

Após votação por escrutínio secreto verificou-se que, a lista A obteve 14 votos e a lista B 18 votos, tendo sido designado o Senhor José Guilherme da Silva Abranches, como representante da Assembleia no Conselho Cinegético.

### **14 - Designação de um representante da Assembleia Municipal na Composição do Conselho Municipal de Educação;**

Para a designação de um representante da Assembleia Municipal na Composição do Conselho Municipal de Educação o Senhor João Filipe Coelho apresentou uma lista propondo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Almeida – Sónia Carvalho Pereira de Jesus Cunha, a qual foi designada por Lista A.

O Senhor Miguel Pinto apresentou também uma lista, propondo o Senhor Presidente da União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha – Rosa Maria Tiago Teixeira dos Santos Ferreira a qual foi designada por lista B.

Após votação por escrutínio secreto verificou-se que, a lista A obteve 13 votos e a lista B 19 votos, tendo sido designada a Senhora Presidente da União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha – Rosa Maria Tiago Teixeira dos Santos Ferreira, como representante da Assembleia Municipal na Composição do Conselho Municipal de Educação.

### **15 - Designação de Cidadãos Eleitores para a CPCJ de Almeida - Modalidade Alargada;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal neste caso referiu que só se iria proceder à designação do cidadão que está em falta na Comissão e que não coincide com os mandatos autárquicos, mantendo-se os que já haviam sido designados.

Para a designação de um Cidadão Eleitor para a CPCJ de Almeida – Modalidade Alargada que, se encontra em falta o Senhor João Filipe Coelho apresentou uma lista propondo o Senhor José Manuel Fernandes Gonçalves, a qual foi designada por Lista A.

O Senhor Miguel Pinto apresentou também uma lista, propondo o Senhor Francisco José Monteiro Martins, a qual foi designada por lista B.

Após votação por escrutínio secreto verificou-se que, a lista A obteve 13 votos e a lista B 19 votos, tendo sido designado o Senhor Francisco José Monteiro Martins, como Cidadão Eleitor para a CPCJ de Almeida – Modalidade Alargada.

*MATOS*

**16 - Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento - Plano Diretor Municipal;**

Para a designação de um representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento – Plano Diretor Municipal, a Senhora Sara Maria Fernandes Pires Correia apresentou uma lista propondo a Senhor João Filipe Saraiva Coelho, a qual foi designada por Lista A.

O Senhor Miguel Pinto apresentou também uma lista, propondo o Senhor Manuel José Fernandes Gomes, a qual foi designada por lista B.

Após votação por escrutínio secreto verificou-se que, a lista A obteve 13 votos, lista B 18 votos e 1 voto branco, tendo sido designado o Senhor, Manuel José Fernandes Gomes, como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento – Plano Diretor Municipal.

**17 - Designação de 2 Presidentes de Junta / União de Freguesia para integrar a Comissão Municipal Integrada de Fogos Rurais;**

Para a designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal Integrada de Jogos Rurais, o Senhor João Filipe Coelho apresentou uma lista propondo o Senhor Presidente de Junta de Vilar Formoso – André Duarte Lopes da Silva e Presidente de Junta de Malhada Sorda – Bruno Manuel Ferreira de Sousa, a qual foi designada por Lista A.

O Senhor Miguel Pinto apresentou também uma lista, propondo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Freixo – Paulo Alexandre Pereira Cardoso e Senhor Presidente de Junta de Nave de Haver – José Florência da Cunha, a qual foi designada por lista B.

Após votação por escrutínio secreto verificou-se que, a lista A obteve 14 votos, lista B 18 votos, tendo sido designados o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Freixo Paulo Alexandre Pereira Cardoso e Presidente da Junta de Freguesia de Nave de Haver – José Florência da Cunha, como representantes da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal Integrada de Fogos Rurais.

**18 - Designação do Conselho Municipal de Segurança;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente à designação do representante no Conselho Municipal de Segurança esclareceu que, de acordo com a nova lei todos os Senhores Presidentes de Junta e Presidente de Uniões de Freguesia fazem parte do Conselho Municipal de Segurança.

**19 - Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil;**

Para a designação de um representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil, o Senhor João Filipe Saraiva Coelho apresentou uma lista

propondo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso André Duarte Lopes da Silva, a qual foi designada por Lista A.

O Senhor Miguel Pinto apresentou também uma lista, propondo o Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira – Luís Manuel dos Santos Fonseca, a qual foi designada por lista B.

Após votação por escrutínio secreto verificou-se que, a lista A obteve 13 votos, lista B 18 votos e 1 voto em branco, tendo sido designado o Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira, como representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil.

### **III - Período de intervenção destinado ao público, (artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal);**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguém para intervir, tendo o Senhor João Filipe Saraiva Coelho feito um reparo pessoal dizendo que muitas vezes é usado como argumento que se deveria participar mais e colaborar mais e que isso fica muito bonito no discurso, mas como se viu nestas eleições vê-se bem que as questões políticas ficam evidentes.

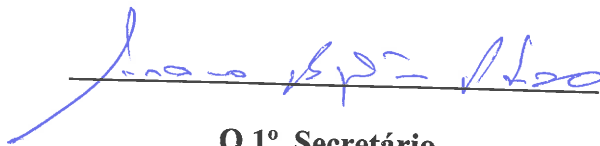
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que, se está num local onde se discute política, devendo exercer-se a democracia e mais neste local do que em qualquer outro.

#### **APROVAÇÃO EM MINUTA:**

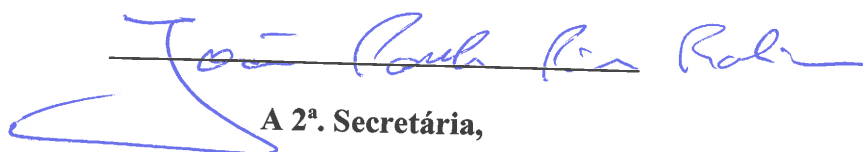
Foi ainda deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, nos termos do número 3, do artigo 57º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, quando eram 14,30 horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão que, juntamente com o 1º. e 2º. Secretários a subscrevem.

**O Presidente da Assembleia Municipal,**



**O 1º. Secretário,**



**A 2ª. Secretária,**



01 -  
Mariana